



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SIVAM		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0220/02	DATA: 09/04/02
INÍCIO: 14:36	TÉRMINO: 16:17	DURAÇÃO: 01:41
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01:42	PÁGINAS: 47	QUARTOS: 21
REVISÃO: VÍCTOR		
CONCATENAÇÃO: LETÍCIA		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Presidente da empresa Líder Táxi Aéreo.

SUMÁRIO: Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Havendo número regimental, declaro abertos os trabalhos da presente reunião. Ordem do Dia. A presente reunião tem por objeto tomar o depoimento do Sr. José Afonso Assumpção, cujas atividades estão sendo investigadas por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. Pergunto ao Secretário se o investigado encontra-se presente no recinto dos trabalhos. (*Pausa.*) Sim. Convido o Sr. José Afonso Assumpção a tomar assento à mesa dos trabalhos. (*Pausa.*) Peço aos Srs. Parlamentares que queiram formular perguntas ao depoente, por favor, que se inscrevam junto à Secretaria. Antes, porém, cumpre-me fazer algumas colocações introdutórias. Ao depoente: o senhor aqui está para prestar depoimento na qualidade de investigado. Não está obrigado a responder perguntas que possam incriminá-lo. Entretanto, o seu silêncio poderá ser interpretado em prejuízo de uma eventual defesa. Perguntaria, inicialmente, se o senhor foi, de alguma forma, coagido por qualquer pessoa ou autoridade de qualquer dos Poderes sobre o depoimento que prestará a esta Comissão.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – V.Sa. deverá dirigir-se aos Parlamentares com o tratamento de Excelência. Da mesma forma, os Srs. Parlamentares deverão dirigir-se à testemunha com o tratamento de Senhoria. Peço a todos que seja conferida a solenidade, formalidade, imparcialidade, seriedade e objetividade que devem nortear os trabalhos do inquérito. Devem ser evitadas quaisquer questões descabidas ao objeto desta Comissão Parlamentar de Inquérito, que é o de investigar indícios de envolvimento do Sr. José Afonso e do Sr. Júlio César no exercício de advocacia administrativa, tráfico de influência e demais denúncias relativas ao Projeto SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia. Informo ao depoente que dispõe, facultativamente, de um prazo regimental de vinte minutos para a sua exposição inicial. Após, passará a responder às perguntas dos membros do Colegiado, iniciando pelo Sr. Relator, Deputado Confúcio Moura. Concedo a palavra, para considerações iniciais, pelo prazo regimental de vinte minutos, se assim o desejar, ao depoente.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero agradecer a V.Exas. a oportunidade de ajudar, no que eu puder, a esclarecer qualquer coisa com relação ao Projeto SIVAM, com o qual estivemos envolvidos. A



minha empresa, a Líder, que fundei a quarenta e quatro anos atrás, é empresa de aviação, e, por alguns serviços na região da Amazônia, ficamos muito ligados àquela região. Na década de 70, logo no começo, participamos do Projeto RADAM, que era a radarmetria da Amazônia, um serviço feito por uma aeronave que fazia uns mosaicos. E uma empresa da CPRM que cuidava disso tinha os pontos que queria chegar naquelas regiões. A Líder, então, ganhou a concorrência e foi contratada para fazer a logística do Projeto RADAM. Esse trabalho deve ter durado de dois a três anos. Nós percorremos toda a Amazônia com helicópteros e aviões bimotores pequenos, que pousavam em pista muito curta, levando as pessoas do RADAM para esses pontos que eles tinham interesse de fazer levantamentos, quais eram os minérios que tinham na região, tudo mais. Trabalho difícil, porque muito desses pontos eram em cima da mata. Não tinha clareira, não tinha rio. Então, nesse período nós conhecemos bastante a Amazônia, e começamos a sentir a dificuldade que foi de voar numa região tão extensa, coberta por uma selva tão grande — mais de 50% do território nacional — e sem praticamente nenhum apoio aéreo, a não ser nas principais cidades, Manaus e Belém, o resto da Amazônia era uma terra de ninguém, um buraco negro. E, posteriormente, quando a PETROBRAS iniciou a operação de helicópteros na busca de petróleo, também a Líder ganhou a concorrência e ganhou a concorrência da área da Amazônia. Uma outra empresa ficou com a área no sul, região de Macaé, e sudeste. E mais uma vez nós estivemos muito ligados à Amazônia e também nessa época, deve ter sido 73, 74, mais uma vez sentimos o drama de operar numa região tão difícil e que praticamente não tinha nenhum apoio ao vôo, a proteção ao vôo. A empresa de aviação, como os senhores sabem, é muito ligada ao Ministério da Aeronáutica, que controla o DAC, que é a autoridade aeronáutica, tem a DEPV, que é a Diretoria de Eletrônica e Proteção ao Vôo, também ligada à aviação civil. E esse contato com os órgãos do Ministério da Aeronáutica, em decorrência de estar operando na aviação, nos fazia acompanhar de perto os trabalhos da Aeronáutica, do Ministério, do DAC, e com o tempo foram sendo criados os sistemas DACTA, que é Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo, e que já cobriam, assim, praticamente todo o Brasil, fora a Amazônia. Então, era esperado que, mais dia menos dia, teria que ser feito um sistema DACTA que cobrisse todo o território nacional. E, principalmente, na área da Amazônia, essa necessidade era maior ainda, porque lá era o ponto que não tinha nenhuma



facilidade, nenhum apoio, nenhuma ajuda, nenhuma proteção ao vôo. Quando o Ministério da Aeronáutica começou a falar em fazer o DACTA da Amazônia, então me interessei em participar desse projeto e tentar trazer alguma contribuição para o desenvolvimento daquela região e também algum negócio novo para a nossa empresa. Então, na época era o governo Sarney, o Ministro da Aeronáutica era o Ministro Moreira Lima, eu o procurei e perguntei a ele se poderia participar dessa possível concorrência de prestação de serviço para a criação do DACTA da região amazônica. Então, disse que podia, que seria uma coisa aberta e tal, porque havia, na época, uma dúvida, porque, como uma empresa francesa, a Thompson, havia feito os três primeiros DACTAs, havia uma dúvida se seria novamente a Thompson que faria o sistema DACTA da Amazônia. O Ministro falou que não, que seria uma coisa aberta, que seria negócio para quem fizesse o melhor projeto, o melhor serviço. Então eu sai dali e fui procurar, na Embaixada Americana, qual empresa americana que era mais ligada — eu representava duas outras empresas americanas — à construção de radares e que poderia prestar serviços à Força Aérea na criação desse sistema DACTA para cobrir a Amazônia. Me indicaram a Raytheon como uma das maiores empresas do ramo americano e então eu procurei a Raytheon e, por uma coincidência, o Presidente da Raytheon daquela época havia sido Presidente da Beechcraft, que é uma subsidiária da Raytheon. E a Beechcraft era uma fábrica que eu conhecia muito, já tinha comprado aviões dessa marca e o conhecia lá da Beechcraft. Então, iniciamos os contatos com eles. Eles também não acreditavam ser possível ganhar um concorrência para esse tipo de serviço aqui no Brasil, mas, com o passar do tempo, eles acreditaram. Então, assinamos um primeiro contrato de representação, um representante independente, que seria apenas para radares e seria apenas para o sistema DACTA da Amazônia. Os anos foram-se passando, as dificuldades brasileiras desde aquela época, e passou o Governo Sarney e não foi possível fazer o DACTA por falta de recursos e outras coisas. E, paralelamente, acabando a Guerra Fria, ficou praticamente impossível conseguir financiamento para um projeto militar. E um sistema DACTA, que começa com nome de defesa aérea, era considerado um sistema militar, embora o controle do tráfico aéreo na aviação civil não é bem isso. Então, não seria possível o financiamento de venda de um sistema desse tipo. Com a mudança de Governo — assumiu o Presidente Collor e o Ministro foi o Brigadeiro Sócrates —, a Aeronáutica



teve uma idéia muito boa de transformar o Sistema de Defesa aérea e Controle de Tráfego Aéreo num programa que ajudasse muito mais a Amazônia e que cobrisse a proteção à floresta, a proteção às áreas indígenas, a proteção aos rios, que tinham muitas mineradoras que jogavam qualquer tipo de material nos rios. Então, com um envolvimento muito grande com a ecologia, a Aeronáutica bolou esse projeto SIVAM, que, como envolvia toda essa outra área, seria uma coisa que seria possível obter financiamento. Quando chegou o momento, nós conseguimos trazer a Raytheon e ela continuou conosco, o nosso contrato era renovado ano a ano e, finalmente, houve uma... não foi bem uma concorrência, mas o Governo brasileiro ouviu a vários países, todos que teriam condição de prestar um serviço dessa alta tecnologia e, finalmente, foram selecionados quatro grandes grupos, dois dos Estados Unidos e dois da Europa, um da Raytheon e outro da Unisys, nos Estados Unidos, e a Thompson, na França, e um grupo formado pela Alenia, italiana, e a DASA, alemã. Desses quatro, finalmente sobraram os dois, a Raytheon e a Thompson, que atendiam perfeitamente ao Governo brasileiro, ao planejamento do Ministério da Aeronáutica. No julgamento dessas propostas foi considerado o projeto da Raytheon melhor tecnicamente, com preço melhor — se não me engano eram 50 milhões de dólares mais barato. E o ponto que foi importantíssimo na proposta da Raytheon foi um financiamento total do projeto, porque, embora o EXIMBANK só financiasse uma parte — não me lembro se 70% ou 80% —, mas a Raytheon e os fornecedores de equipamentos se uniram e financiaram a diferença do projeto. Então, com o melhor projeto, melhor preço, melhor financiamento, a Raytheon foi considerada vencedora. E, em um dos últimos dias do Governo Itamar Franco, foi aprovado no Senado este financiamento para o projeto. Enfim, pareceu que a coisa estava solucionada. No ano seguinte, para surpresa geral, a empresa que tinha sido escolhida pelo Governo para ser a integradora, gerenciadora do projeto, apareceu com problemas com impostos atrasados, e o Governo, então, teve de cancelar aquela empresa e foram tentadas várias hipóteses para ver como substituir aquela empresa e, finalmente, foi decidido que o dinheiro passaria para o próprio Governo e ele, depois, daria uma solução de que empresa. A idéia era usar os próprios funcionários da empresa afastada, porque eles tinham a tecnologia, eles conheciam a coisa e teve que voltar o projeto para o Senado para uma mudança da verba na parte que seria dessa empresa, a ESCA, para o próprio Governo. Então, o Senado



teria de mudar essa parte dos recursos para o próprio Governo brasileiro. Aí começaram as nossas dificuldades. E nós que já vínhamos trabalhando nesse projeto, seguramente, há uns sete, oito, dez anos acompanhando, trabalhando, primeiro somente com radares, depois já com o SIVAM, muito trabalho, muita dedicação àquilo, começamos a sentir preocupação com as dificuldades que vinham surgindo e, evidentemente, não podíamos nadar, nadar e morrer na praia. Então, estávamos fazendo todo o possível para aprovar esse projeto, essa mudança na Comissão de Economia do Senado que, no nosso entender, era até melhor, porque estava saindo das mãos de uma empresa que faliu logo depois e esse dinheiro ira para as mãos do próprio Governo. Mas as dificuldades foram se demorando, então, houve um esforço muito grande de tentar viabilizar a coisa e finalizar. Para o senhor ter idéia, a proposta da Raytheon, o Governo pedia que ela garantisse o preço até outubro de 95, se não me engano, e os atrasos foram de mais de dois anos e a empresa, com aquele negócio de estar com o preço garantido, esse material de alta tecnologia, o próprio avião e tal, isso sobe mais que a inflação americana. Havia uma preocupação muito grande e a coisa só foi se atrasando e tal. E, finalmente, senhores, foi o próprio Presidente da República que, depois de vários inquéritos para apurar se havia tido alguma coisa de errado no meu relacionamento com o Embaixador Júlio César, com inquéritos feitos pelo próprio Palácio do Planalto, no Itamaraty, na Polícia Federal, foi que o Presidente apurou que realmente não havia tido nada de errado, mesmo porque o projeto, em nível de Governo, havia sido aprovado no Governo anterior, não foi no Governo do Presidente Fernando Henrique. Mas ele, então, definiu a coisa e o contrato foi feito e hoje tenho a impressão de que talvez até o fim deste ano ele esteja totalmente implantado ou quase implantado. E, mais do que nunca, Srs. Deputados, vimos que esse projeto veio até atrasado, porque, hoje, mais do que nunca, é necessário um controle muito grande da Amazônia. Estamos vendo na Colômbia uma guerrilha que não acaba e é guerrilha misturada com narcotráfico e problemas nas fronteiras vizinhas e tal. Então, hoje, mais do que nunca, eu tenho certeza de que conseguir trazer a Raytheon para o Brasil e conseguir ganhar esse projeto e que ele fosse realizado foi uma coisa muito importante, muito benéfica para o País. E eu tenho muito orgulho de ter participado disso. E estou à disposição dos senhores para qualquer outro esclarecimento que porventura tenha falhado a memória.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Esta Presidência agradece ao Dr. José Afonso pelo seu depoimento inicial e concede a palavra ao Relator, Deputado Confúcio Moura.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares presentes, Comandante José Afonso Assumpção, o senhor é o último de nossos convidados a esta CPI. É o que nós esperamos, a não ser que surja fato novo. Desde o início temos dado o máximo de publicidade aos trabalhos desta CPI; solicitado à imprensa o oferecimento de subsídios, de fatos novos para poder apurar finalmente essa situação, que vem se arrastando ao longo de muitos anos; também às empresas prejudicadas, que se julgaram prejudicadas durante os atos de licitação ou durante o andamento do processo de aplicação dos investimentos na Amazônia. E temos feito essa convocação sistematicamente através da **TV Câmara**, da **Rádio Câmara**, através da imprensa, dos jornalistas presentes. Temos sempre oferecido esta oportunidade para que a gente possa encerrar os nossos trabalhos oferecendo um substrato material de verdades que possa pôr fim a todo esse acervo de denúncias havidas durante a execução desse grande projeto. Tudo começou, o objeto desta CPI, que foi requerida pelo ilustre Parlamentar Deputado Arlindo Chinaglia, que se encontra presente — isso em 1995 —, justamente movido por uma escuta telefônica que surgiu. Dessa escuta telefônica, vazada para a imprensa, surgiu todo esse... por mais de três anos, um bombardeio de notícias sobre o fato e que, essas notícias todas, nós estudamos uma a uma. Vimos repetindo perguntas ao longo de todos os depoimentos, a todos os convidados, justamente para analisar o possível tráfico de influência, o oferecimento de propinas ao Embaixador Júlio César; a advocacia administrativa exercida por ele para favorecer empresas, a empresa norte-americana, e demais atos referentes ao Projeto SIVAM. Elaboramos, todos os assessores desta CPI elaboraram uma relação grande de perguntas. Eu vou deixar as minhas perguntas para o final e dar a palavra ao Deputado Arlindo Chinaglia. Se, por acaso, ele deixar de fazer alguma das perguntas que eu tenho, eu faço no final. Vou dar a ele a oportunidade de fazer essa inquirição a V.Sa. e, ao final, eu fecho com algumas que por acaso ficarem de fora. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Obrigado, Deputado Confúcio Moura. Com a palavra o Deputado Arlindo Chinaglia.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. José Afonso Assumpção, eu queria primeiro registrar que o depoimento que o senhor fez aqui em grande parte repete o depoimento que V.Sa. fez ainda em 1995, numa reunião conjunta de duas Comissões – uma, de Fiscalização Financeira e Controle e outra, a Comissão de Defesa Nacional. Eu faço o registro porque naquela oportunidade, ao fazer as perguntas ao senhor, eu disse que o nosso objetivo era instalar uma CPI do SIVAM. Eu quero registrar um certo desapontamento pessoal porque, sinceramente, eu creio que esse mecanismo de perguntas e respostas é útil, porém, insuficiente quando se trata de um projeto como o do SIVAM, e que várias suspeitas ficaram sem respostas. Quando eu digo suspeitas, eu quero deixar claro que eu jamais fiz contra quem quer que seja, portanto, não faço contra o senhor, acusação indevida e sem provas. Mas eu quero, a partir de algumas — eu vou chamar de dúvidas — eu queria perguntar ao senhor. Uma questão central desse projeto... O senhor busca explicar como é que a Líder Táxi Aéreo veio participar do SIVAM e relata a participação da sua empresa no projeto RADAM. Depois o senhor relata ainda que o SIVAM foi inicialmente concebido como um DACTA e que, por falta de financiamento, se transformou em SIVAM. E o senhor atribui isso como iniciativa do Governo. Pois bem, ocorre que uma das coisas que dissemos à época nós queremos esclarecer, se possível hoje. Na minha opinião, o projeto SIVAM foi desenvolvido pela Raytheon, possivelmente com a ajuda da ESCA e com a participação, num outro nível, eu diria, da Líder Táxi Aéreo. O senhor confirma esta hipótese ou não?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Não, Sr. Deputado. V.Exa. pode ter certeza de que isso foi um projeto feito pelo Ministério da Aeronáutica, inicialmente pelo órgão que cuida desses sistemas DACTA. E esse projeto, que seria o DACTA da Amazônia, não sendo possível realizar, como eu expliquei aqui, o próprio Ministério da Aeronáutica — o Ministro Sócrates, daquela época, havia sido dessa área também —, o próprio Ministério da Aeronáutica e os seus órgãos criaram essa nova modalidade de envolver os recursos dos radares, informação em outras coisas que beneficiassem a Amazônia. A proposta que o Governo mandou para esses países, para que todo mundo apresentasse uma proposta, não era apresentar cada um projeto da sua idéia, era um projeto dentro do que o Governo pedia para o



trabalho que eles esperavam, senão seria muito difícil cada empresa criar o seu próprio projeto para depois oferecer ao Governo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Parece razoável o que o senhor está dizendo, mas eu queria observar que o senhor diz aqui, de maneira franca, que o projeto foi inicialmente concebido como da área militar. Mas eu quero registrar que, no momento em que nós fizemos a denúncia referente à ESCA e que o projeto SIVAM praticamente foi rediscutido, aí com a participação um pouco maior da sociedade, ele era apresentado não como um projeto militar, mas como um projeto civil. Por isso que eu estou dizendo que o senhor aqui tá registrando algo que até então vinha sendo negado. É claro que o óbvio se impõe. Na medida em que tinha lá até pretensão de combater endemias, epidemias, contaminação de lagos, controle de fronteiras, desenvolvimento sustentável, mas nunca se dizia que tinha origem militar. Mas isso eu estou dizendo só para registrar que essa é uma dúvida que eu estava deixando lateralmente. Mas eu quero insistir com o senhor o seguinte: é razoável que o Governo apresentasse mundialmente aquilo que quer como projeto. Ou seja: “Nós queremos um projeto que envolva defesa do espaço aéreo, que tenha possibilidade de flagrar aeronaves que não tenham eventual autorização”, etc. etc., aquilo que é o miolo, digamos, da intenção do Projeto SIVAM. Mas isso não implica, obrigatoriamente, que o Governo mandasse uma pré-proposta. E eu vou agora acrescentar um dado. Como é que o senhor explica um contrato entre a Raytheon, a ESCA e a Líder Táxi Aéreo datado de 1992 que diz o seguinte: "As partes concordam em trabalhar conjuntamente no projeto SIVAM — Sistema de Vigilância da Amazônia, a fim de tornar esse projeto técnica e financeiramente viável para o Governo do Brasil, o cliente, e para obter contratos do cliente para o projeto? Veja, aqui está dito, no contrato que o senhor assinou com a ESCA e com a Raytheon, que era função desse conjunto de empresas elaborar uma proposta técnica e que fosse financeiramente viável, exatamente pelo o que o senhor falou. Não se conseguia empréstimo. E o que foi pensado é que, se se acrescentasse outros elementos àquilo que era originariamente apenas um sistema de defesa aérea, que era o DACTA, aí se obteria financiamento. Então, qual a conclusão que se impõe? Acho que não há como divergir: é que o projeto foi, tal como venceu o certame de disputa internacional, elaborado pela Raytheon e pela ESCA e, num outro nível, também pela Táxi Aéreo. Está dito isso no contrato que os senhores assinaram



antes — vou repetir — antes de o Governo brasileiro ter enviado a todas as embaixadas, enfim, para onde ele mandou a sua proposta, que foi 17 de setembro de 93. E esse contrato, se não me engano, ele foi assinado ainda em 92.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Posso esclarecer a V.Exa. esse ponto?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro, por favor.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Em primeiro lugar, Sr. Deputado, o projeto que o Governo fez e distribuiu para esses países nós não temos conhecimento. Foi considerada uma coisa sigilosa e entregue do Governo para as embaixadas dos países que poderiam prestar esse tipo de serviço. Então, nós não tínhamos conhecimento do que o Governo queria. A gente imaginava.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Quando o senhor fala “a gente” é o senhor pessoalmente ou as três empresas?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - As três empresas. O Governo americano, depois que divulgou, que mandou, parece, para dois grupos americanos, que foi a Raytheon e a Unisys, essas empresas, naturalmente, receberam o que o governo brasileiro queria. Eu nunca tomei conhecimento disso, porque essa não era bem a nossa função, a nossa parte. Então, da parte do que o Governo brasileiro queria, foi considerada uma coisa sigilosa, foi criada a Comissão CCSIVAM, Comissão Coordenadora do Projeto SIVAM, que também, de uma maneira muito sigilosa, recebeu essas propostas. Todo mundo entregou a proposta no mesmo dia e na mesma hora. E eles analisaram isso muito cuidadosamente e também muito secretamente. Eu, por exemplo, não tenho conhecimento dos detalhes do projeto. Então, como eu disse ao senhor, realmente é baseado num pedido, num esboço do projeto do Governo que a Raytheon depois fez o projeto dela, a Unisys o dela, a Thompson o dela e o outro grupo o dele. Com referência a esse contrato que o senhor citou aí, isso não foi um contrato, era uma carta de intenção, porque o Governo brasileiro queria que a ESCA fosse a empresa que fizesse esse gerenciamento. Ela já tinha experiência do sistema DACTA, de outros serviços prestados ao Ministério da Aeronáutica, a outros órgãos do Governo, se não me engano. Então, o Governo queria que fosse a ESCA. Então, quando nós fomos comunicados disso, eu comuniquei à Raytheon. Falei: “Olha, a parte da integração brasileira, do gerenciamento do projeto, vai ter de ser feito com essa empresa



ESCA. Então, os senhores têm de fazer um acordo com ela, dizendo que aceitam isso para o Governo brasileiro ficar ciente de que a Raytheon aceita que a ESCA seja esse gerente ou” — esqueci o termo correto disso aí — “integrador.” Mas nós ficamos também informados — não vi, mas acredito que seja verdade — que todos os grupos também fizeram essa carta de intenção e era apenas para declarar que a empresa, se for ela a vencedora, já está ciente da vontade do Governo brasileiro de que a integradora seja aquela e que a empresa manifesta a sua adesão a essa idéia. Com o passar do tempo, o próprio Ministério da Aeronáutica nos orientou a cancelar esta carta de intenção com a ESCA. E foi feito. Então, não foi um contrato, foi uma carta de intenção e, pelo que fomos informados, parece que os outros grupos assinaram também cartas de intenções em paralelo com a ESCA para informar ao Governo brasileiro que eles aceitavam que essa parte da integração fosse feita pela empresa escolhida pelo Governo brasileiro.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Duas observações. Pode até dar o nome de uma carta de entendimento, mas veja, um protocolo que é assinado e que mantém cláusula de sigilo, parece-me que é bem superior a um contrato, por exemplo, de aluguel de casa, de aluguel de carro, até de compra de apartamento, porque se no próprio contrato assinado, inclusive sobre vigência de leis americanas, onde se propõe sigilo entre as partes, creio que isso traduz mais do que nunca um compromisso. Quero falar do compromisso entre as três empresas. Mas, veja, o senhor colocou algo extremamente instigante no seu depoimento inicial e também em 1995. Vou fazer primeiro uma pergunta antes de dizer o que é instigante. O senhor admite colocar em dúvida a seriedade do Ministério da Aeronáutica quando da condução desse processo? O senhor acha que era possível não haver seriedade, não ser conduzido de acordo com a ética, com a lisura? O senhor admite isso?

SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO – Sr. Deputado, absolutamente, não admito, e é uma organização que conheço demais, porque, como disse ao senhor, a empresa de aviação civil é muito ligada ao Ministério da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não, veja, o senhor já respondeu, é que o senhor não admite...

SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO – Não tem a menor hipótese. Conheço, são pessoas que fazem tudo com a maior seriedade e que admiro, respeito...



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não. Está perfeito. Mas, veja, a pergunta foi proposital. Se o senhor não admite, como é que o senhor procura o Ministro para observar: olha, é verdade que vai ser uma concorrência de cartas marcadas? Porque se o senhor não admitisse, o senhor jamais poderia ter procurado o Ministro com essa dúvida. O senhor teria rechaçado liminarmente essa hipótese do seu cérebro. Mas quando o senhor vai lá para falar: escuta, eu quero ver se posso participar, mas estão dizendo que é de carta marcada, porque, em outras palavras, isso o senhor relatou, então, o senhor vê que o senhor aqui hoje, em dois momentos, o senhor teve, diria, atitudes diferentes frente a essa hipótese, mas quero ir a outro ponto. O senhor admitiu, tanto é que o senhor foi perguntar.

SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Sr. Deputado, posso falar sobre esse ponto, senão posso ir perdendo aqui o fio da meada? O meu questionamento ao então Ministro é porque havia, realmente, não é bem um boato, é um consenso e uma idéia que tinha muita lógica, que é o negócio da padronização, o negócio de a empresa já ter experiência...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Deixe-me falar, senão eu perco o fio da meada, o senhor vai ter a oportunidade de responder isso e mais coisas. Veja, o fato de o senhor ir perguntar é porque havia boato e tal, então, admitiu-se, tanto é que o senhor foi perguntar. Aí qualquer outra seria, digamos, derivação do mesmo tema, mas o fato é que o senhor sentiu a necessidade, o senhor mesmo disse que perguntou e o senhor foi tranquilizado. Pois bem, se o “obvio”, entre aspas, se o senso comum indicava que se deveria continuar com o sistema DACTA, o CINDACTA e aí para a Amazônia, não é estranho o senhor dizer: olha, a Força Aérea Brasileira quer que a ESCA seja a detentora da inteligência do sistema, que é o que foi divulgado à época, e que isso ficou, entre aspas, consolidado no imaginário, não é? Para o senhor, como um homem de negócios, como um empresário, não fica esquisito, quando todo mundo imagina quem vai ganhar, a Thompson, porque é aquela que instalou o CINDACTA. O Governo quer que a ESCA seja a controladora do sistema, e a ESCA faz um contrato com a Raytheon e com a Líder Táxi Aéreo por quê? Como é que a gente, então, não pode concluir que a ESCA, que, aliás, compôs o CCSIVAM... Veja, ela compôs o CCSIVAM e ela é que definia regras para o certame, é quem, ao final escolheu a empresa vencedora, a Raytheon, com a mesma Raytheon que ela tinha um contrato sigiloso. Então, qual a



conclusão que se impõe? Foi um contrato assinado entre ESCA, Raytheon e Líder Táxi Aéreo, onde, pelas suas palavras, o Governo queria que a ESCA fosse a controladora do sistema. E por que a ESCA não foi, então, procurar, por exemplo, a Thompson ou qualquer outro grupo? Estou dando a Thompson pelo tal do senso comum. O senhor não acha que tem algo profundamente mal explicado? Por que qual é a conclusão que se impõe, por aquilo que o senhor disse? O Governo quer a ESCA, a ESCA procurou, ou o senhor procurou a ESCA e a Raytheon, ou a ESCA procurou a Raytheon, ou a Raytheon procurou, vocês fizeram um conglomerado para atender o Governo. Conclusão: o Governo bancou essas três empresas ao final do certame, que é o que nós sempre dissemos.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Posso falar?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Claro.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - O senhor aí vem, com a sua pergunta, mais uma vez me forçar a dizer que comprovou para mim, mais uma vez, a seriedade do Ministério da Aeronáutica nisso. E a minha pergunta ao então Ministro Moreira Lima, se seria feito pela Thompson ou não, comprovou também a seriedade do Ministro e da organização que ele dirige, quando ele me respondeu: "José Afonso, o negócio será feito com quem fizer o melhor para o País, o melhor projeto, o melhor preço e o melhor financiamento". Por que eu me dirigi ao Ministro fazendo essa pergunta que, diferente do que o senhor pensa, eu jamais desconfiei da Aeronáutica...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não, eu perguntei se o senhor desconfiou. Só estou mostrando que, se não desconfiasse, ir lá falar que tem suspeita, achei esquisito.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Eu só estou querendo alertar...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – É a mesma coisa que eu perguntar para alguém: "Você duvida da sua mulher?". Ele fala: "Não". Depois, ele chega para a mulher: "Mas, escuta, estão dizendo que você está saindo com outro". É esquisito.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Mas, então, não foi o meu caso — eu quero deixar bem claro aqui perante os senhores. Mas então o meu questionamento sobre isso foi porque eu tive dificuldade em convencer a Raytheon a vir participar do projeto. O senhor não faz idéia do trabalho que foi. Naquela época, eu tinha um



diretor de área internacional que morava nos Estados Unidos para, exatamente, fazer o contrato com as nossas representadas. E eu falei com ele: “Olha, você vai a Boston toda semana, se for preciso. Nós temos que trazer o pessoal da Raytheon aqui, eles têm que ouvir diretamente do Ministério da Aeronáutica as informações, ouvir deles o que vai ser feito e tal” — era uma coisa que já vinha sendo anunciada e adiada há muitos anos. E então, para transmitir e garantir mais uma vez à Raytheon que seria feito esse projeto, mandei lá que ele fosse várias vezes. Até que, um belo dia, a Raytheon selecionou...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Seu José Afonso, veja, o senhor está dizendo da dificuldade de trazer a Raytheon, tudo bem. Veja, mas a questão concreta é...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Se o senhor permitir, porque senão eu perco aqui o fio da meada para chegar a...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O senhor é um bom contador de caso, mas eu... Vamos lá, eu quero ouvi-lo com atenção.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Eu estou tentando responder a V.Exa. para ser entendido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Está certo.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Mas, então, com essa dificuldade para trazer a Raytheon e tal. Quanto à parte que o senhor cita do contrato entre a Líder, a Raytheon e a ESCA, eu quero reafirmar que nunca houve um contrato. Houve uma carta de intenção. A Líder por quê? Porque era a representante da Raytheon no Brasil. A Raytheon, porque era Raytheon; a ESCA, porque o Ministério da Aeronáutica nos indicou que queria que fosse a ESCA, que nós tínhamos que ter esta carta de intenção.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Mas a ESCA fez só com vocês?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Isso eu não posso garantir ao senhor. Eu acho que foi com todos, mas não posso garantir. O nosso eu posso, porque eu conheço. Então, orientado pelo Ministério da Aeronáutica, que queria essa carta de intenção — para quê? para ficar bem claro que se a Raytheon ganhasse, ela aceitava a ESCA —, nós procuramos a ESCA, depois falamos com a Raytheon, promovemos esse encontro e assinamos essa carta de intenção. Isso não tem nenhum valor, porque são coisas que, se sair, ela poderá gerar um contrato.



Exemplo para o senhor, o meu contrato com a Raytheon, desde da primeira, que seria apenas para radares, são contratos que venceram anualmente. No fim de cada ano, se interessasse para a Raytheon, ela renovaria; se não interessasse, ela não renovaria. Da nossa parte, se por um acaso, no decorrer de alguns anos, nós desistíssemos, não interessasse mais, era só não renovar o contrato. Então, esses contratos, esses entendimentos são bases para, se depois for fechado um negócio, os participantes estarem bem definidos o que cada um vai fazer, se estão de acordo com isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Essa é a informação que o senhor nos traz, mas tem uma questão que dá base para toda a conclusão que eu vou tirar a seguir: primeiro, esse contrato foi firmado quando ainda não existia conhecimento, em nenhuma parte do mundo, da intenção do Governo. Quando o senhor: olha, isso é um tratado de intenção e que, se der certo, depois vão trabalhar juntos, assim considerado pelo senhor como um tratado, está dito que vocês iam trabalhar para apresentar um projeto técnica e financeiramente viável para o Governo, que era o cliente. É claro que vocês faziam isso para ganhar, digamos, aquilo que foi chamado de concorrência no mundo, usar o termo. Pois bem, então veja, só aí o que a gente vê? Primeiro, que vocês ficaram não só sabendo, como vocês começaram a trabalhar para a consecução do projeto antes mesmo de o Governo se dirigir às nações, porque tem data, é tudo datado; dois, está dito neste contrato que vocês iam buscar viabilizar, portanto... Aliás, ponto um, começaram a trabalhar técnica para viabilizar financeiramente. Aliás, o depoimento do senhor, do Coordenador do SIVAM, do representante da Raytheon, sempre foi a mesma coisa: ganhou quem teve a melhor proposta técnica e financeira. É uma frase que eu não reproduzo, mas que vocês repetem lapidarmente. Ou seja, vocês estavam mais do que cientes de que dependeria de financiamento. Esse financiamento, como foi justificado – e é normal que fosse –, seria buscado fora do Brasil, porque a taxa de juro é menor. Esse financiamento teria de ser aprovado no Senado. Portanto, a conclusão que eu tenho, e acho que a CPI poderia se esforçar para, de maneira documental, esclarecer isso, é que a ESCA, escolhida pelo Governo sem concorrência, sem licitação, porque há uma relação de confiança com o Governo, compôs a CCSIVAM, escolheu uma sócia para fornecer equipamentos — ao falar esta sócia me refiro à Raytheon —, onde participava a Líder Táxi Aéreo. O que é



inexplicável ainda é que, se havia o temor de quem ganharia era uma outra empresa que não a vencedora do certame, a Raytheon, afinal, como é que a ESCA faz um contrato exatamente com aquela que era — entre aspas — “a zebra” do certame? Seria muito mais razoável, então, a ESCA ter feito esse mesmo tipo de contrato ou entendimento — na palavra do senhor — com outros conglomerados. Então, eu acho que é um ponto que a CPI deve esclarecer, porque nunca surgiu sequer como hipótese. Mas eu estou fazendo como hipótese porque senão está provado definitivamente que foi montado para que a ESCA, a Raytheon, com a participação da Líder, fizesse o projeto, obtivesse o financiamento e ganhasse o certame. Mas, veja, quando o senhor relata que o senhor soube que a ESCA ia deter a inteligência e que, portanto, seria, digamos, um certame justo, o senhor relata também, no seu depoimento, os seus contatos antigos ou com o Governo ou com o Ministério da Aeronáutica, até pelo trabalho desenvolvido pela sua empresa. Posteriormente, houve a investigação, a gravação de uma fita de conversas entre o senhor e o Embaixador Júlio César. Naquele momento, quando o senhor foi, em 1995, depor em Comissões da Câmara, o senhor disse que aquilo era uma montagem, que ali era uma conversa telegráfica e que, portanto, não era uma conversa entre dois antigos amigos, como o senhor definiu a sua relação com o Embaixador. Pois bem, mas aí, somando com esse ponto inicial que fiz questão de trazer documentos — e temos aqui cópia, depois vamos passar para a CPI —, quando surge aquela, diria, intimidade no trato entre o senhor e o Embaixador, que foi chefe do cerimonial tanto no Governo Sarney quanto, inicialmente, no Governo do atual Presidente da República, aí vem a segunda e grave suspeita: não só foi articulado pelo Governo para que a ESCA coordenasse o sistema, a ESCA escolheu sócios, não escolheu outros sócios, outras empresas, e ainda aparece o Embaixador, que, segundo suspeita generalizada à época e que, na minha opinião, perdura, pode ter feito tráfico de influência, na sua condição de servidor público. Queria fazer algumas perguntas referentes a isso. O senhor confirma que o senhor é amigo do Embaixador Júlio César há bastante tempo?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO – Confirmando, mais de vinte anos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O.k. Quando o senhor teve as informações referentes ao SIVAM, que levou, inclusive, a fazer este contrato — na



sua opinião, um protocolo de intenções — com as outras duas empresas, quem deu essas informações ao senhor?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Deputado, historiei antes aqui, e o senhor está, perdoe-me, misturando as datas aí.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pode ser.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – A seqüência do negócio foi aquela que expliquei ao senhor. Isso é um trabalho que vinha sendo acompanhado por nós e, evidentemente por todos os interessados há muitos anos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Deixa eu falar para o senhor a data a que me refiro: o contrato é de 92. E quando o Governo brasileiro enviou para os outros governos, é 93. Aí não há confusão de data. A qual confusão o senhor se refere?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Que vinha sendo trabalhado há muito mais tempo. Eu já tinha um contrato com a Raytheon apenas para radares, o sistema DACTA, a ESCA era a integradora desse sistema já nos DACTAs existentes. Então, isso foi caminhando, e não foi antes. Em segundo lugar, dentro dessas coisas, que não sabemos porque foi feito muito em segredo pela Comissão da CCSIVAM, pelo Governo brasileiro e tal, mas quanto à dúvida de se a Raytheon ganhou foi por esse motivo que o senhor disse, que nós ficamos só repetindo isso, acho que provavelmente esta CPI já tem ou deve pedir à Comissão SIVAM quais foram os preços das outras empresas, quais foram as condições de financiamento das outras, para não ter essa dúvida de que se a Raytheon ganhou foi porque tinha uma carta de intenção com a ESCA. Em segundo lugar, que essa carta de intenção com a ESCA, conforme expliquei ao senhor, foi orientação do Ministério da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O senhor tem cópia dessa orientação?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – A orientação foi dada de que maneira?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Deputado, isso é coisa lá de 1994.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Quem deu essa informação para o senhor?



O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Ah, isso devia ser o CCSIVAM ou alguém ligado a essa área aí que estava fazendo o projeto. E a ESCA já era uma empresa que trabalhava muito para o Ministério da Aeronáutica. Então...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu sei, mas, veja: o senhor está atribuindo a alguém do Governo esta orientação de que se fizesse um protocolo. Isso é extremamente grave. Por quê? Para que fosse justo esse certame, teria que dar a mesma orientação para a ESCA fazer o mesmo tipo de contrato com outros grupos ou com outras empresas, sei lá com quem, porque não...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – É a informação que nós temos, que o Governo...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Então, mas o senhor não disse...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – ...que a ESCA, se fosse com a Raytheon, se fosse com a Thompson, se fosse...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Então, veja... mas o senhor disse que recebeu essa orientação. O senhor disse que recebeu essa orientação. Eu estou perguntando de quem o senhor recebeu. O senhor fala: olha...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Todos devem ter recebido.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Então! Isso é uma hipótese. Como nós estamos aqui com documentos que dizem respeito à ESCA, à Raytheon e à Líder Táxi Aéreo, eu não posso trabalhar com hipóteses, eu tenho que trabalhar com aquilo que me parece mais real porque... Por isso estou perguntando para o senhor quem deu a orientação. O senhor não sabe. Foi por escrito? O senhor disse que não. Foi no âmbito de Ministro? Porque, por exemplo, poderia ser — aí é uma hipótese —, poderia ser o próprio embaixador.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Por exemplo...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – ... é informação da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Da Aeronáutica.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pois não.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Eu não lembro as pessoas porque o senhor há de ver que, no decorrer de muitos anos trabalhando sobre esse mesmo



tema... na Aeronáutica, por exemplo, é muito comum um oficial ficar no cargo dois anos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Certo.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Então, a cada dois anos, há uma mudança, eles são promovidos e tal.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Tá certo.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Então, no decorrer de mais de dez anos trabalhando nisso nós lidamos com muita gente.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Mas veja, eu vou retomar porque, o senhor me perdoe a insistência, mas eu acho que é uma tentativa de nós esclarecermos. Quando o senhor fala que vinha vindo de antes o seu envolvimento, da sua empresa, nas relações, seja com a Amazônia, seja com o próprio Governo... E eu não estou questionando isso, o que eu estou questionando é que em 92 há o contrato, agora, foi somente em 11 de agosto de 93 que o então Presidente Itamar Franco apresentou ao Conselho de Defesa Nacional o projeto denominado SIVAM, Sistema de Vigilância da Amazônia. Quer dizer, então o que se impõe é que o senhor tinha a informação, já em 92, de que não seria somente a questão de defesa aérea, que seria transformado em SIVAM, e eu estou dizendo, desde aquela época, que esse projeto foi elaborado a partir da Raytheon. É por isso que eu concluo que foi uma concorrência dirigida.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – O senhor me perdoa, Deputado...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Pois não.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – O senhor está, aí, mudando um pouquinho o ponto e a explicação que eu dei aqui.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não, não estou, estou apresentando a minha conclusão.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Nós vínhamos trabalhando, e era sabido, e era falado, eu tinha já um contrato com a Raytheon para os radares do que seria o DACTA da Amazônia há muito mais tempo. Seguramente, desde 90, por aí. A ESCA já era integradora dos outros sistemas DACTA, nós vínhamos trabalhando. Então, já sabíamos que deveria sair um sistema DACTA para cobrir a Amazônia. Era uma necessidade do País, do Governo. E a ESCA já era a empresa ligada ao Ministério da Aeronáutica que já fazia isso. Isso nós sabíamos naquela época.



Infelizmente, naquele período, não foi possível o financiamento e nem fazer o sistema DACTA. Até aí, nós só sabíamos da intenção de ter o sistema DACTA cobrindo todo o País. A partir do Governo Collor, quando assumiu o Ministro Sócrates, é que, então, algum tempo depois, foi feita essa idéia de projeto SIVAM. A partir de eles terem mudado — então, foi depois desse período — é que nós ficamos sabendo que, em vez de DACTA, a tentativa seria o SIVAM, para ser uma coisa financiada...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Está certo. Deixe-me falar ao senhor.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - para ser uma coisa palatável pela comunidade internacional...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É claro.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO -... e ser viabilizado o projeto.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Deixe-me falar para o senhor: se tudo indicava, para quem era da área, para quem era do ramo, que ganharia a mesma empresa que até então vinha instalando o CINDACTA... Tanto é que isso motivou a sua ida para esclarecer as suas dúvida, num dado momento, junto a um determinado Ministro da Aeronáutica... O senhor acabou de dizer que já tinha uma sociedade anterior com a Raytheon. Olha só como é que as coisas...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Era uma sociedade com a Raytheon. Tinha um contrato de representante independente para a venda de radares.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Isso. Exatamente isso. O senhor já tinha um contato comercial com a Raytheon. Está bem assim?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Está bem.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois bem, olha como as coisas se combinam perigosamente, para quem ainda tem dúvidas. Eu não estou acusando ainda, mas, veja: primeiro, todo mundo desconfia, à época, que quem ganha é a Thompson; segundo, o senhor tinha contato comercial com a Raytheon, anterior; terceiro, o senhor sabia que a ESCA seria a coordenadora do sistema. Qual é o passo, digamos, perigosamente tentador em qualquer relação comercial? Vamos cooptar a ESCA, vamos trazer a ESCA para o nosso lado. E é o que eu acho que ocorreu. Vocês procuraram a ESCA, fizeram um termo de compromisso com a ESCA, e ganharam.



O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Orientado pelo Ministério da Aeronáutica. Então, não foi uma intenção nossa de colocarmos a ESCA...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Perfeito. Veja...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Então, a também o senhor está mudando o que eu disse aqui, porque...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, eu estou sistematizando. Eu é que estou dizendo, não é o senhor.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO -... a seqüência... O senhor está dizendo o que não foi.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Está certo, é a sua opinião.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - O que foi, foi isso: nós fomos orientados pelo Ministério da Aeronáutica.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor já disse.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Não foi uma invenção a Líder e da Raytheon procurar a ESCA porque para nós...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Foi a ESCA que procurou o senhor?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas como é que vocês fizeram um contrato? Alguém procurou alguém.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Nós procuramos a ESCA orientados pelo Ministério da Aeronáutica. E ela seria a integradora.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Perfeito. Então, veja, o que falta para nós esclarecermos, porque o senhor não tem a prova dessa orientação, o senhor não tem nenhum documento que prova isso. E, dado o inusitado de o Ministério orientar uma única empresa e não as demais, a única hipótese que daria, supostamente, uma saída honrosa seria: olha, possivelmente o Ministério orientou a ESCA a fazer o mesmo contrato com outras empresas. Percebe?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Se o senhor me perdoar a interrupção aqui...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - O senhor está dizendo que eu não tenho um documento. Realmente eu não o tenho.



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O senhor é que disse que não tem.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO - Não tenho. Mas se o senhor... Nós estamos falando sobre coisas passadas e já realizadas.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Exato.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO - Se o senhor acompanhar o que foi realizado e o que aconteceu, verá que o que eu estou falando está certo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, eu não estou...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO - Por quê? Porque a ESCA foi a empresa determinada pelo Governo para ser a integradora, não foi porque teve problemas com impostos atrasados e tal.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Impostos atrasados é uma generosidade sua.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO - Então, em vez de a gente ficar imaginando coisas, se pegar o que realmente aconteceu — hoje são fatos que já aconteceram —, o senhor vai ver que a minha explicação está correta.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, veja, eu não estou imaginando, eu estou afirmando a partir de documentos. Até para o senhor também não ficar imaginando o que eu não disse. O que eu estou dizendo é que é estranho o Governo orientar a empresa que seria a coordenadora do Sistema... Aliás, orientar a sua empresa para procurar a empresa que seria a coordenadora do Sistema. O contrato que o senhor fez com essa empresa data de 92. Mas a ESCA só foi escolhida em 93. Então, não há como tapar o sol com a peneira. O senhor pode até ter a sua explicação. Agora, para nós, que não estávamos lá, não há explicação convincente até o momento. O senhor precisa também... Eu estou respeitando a sua opinião, mas o senhor está vendo que eu tenho dados concretos, não estou inventando. O senhor fez um contrato, um protocolo de intenção, segundo a sua versão, em 92. A ESCA só foi escolhida em 93, e o senhor disse que recebeu orientação do Governo. É grave.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO - O senhor tem esse contrato aí?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Tenho.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO - É de 92 mesmo?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - É.



O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - É que eu não tenho mais essa carta de intenção depois que o próprio Ministério mandou cancelar. Eu queria ver se é de 92 mesmo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Aliás, o senhor tem também documento que mostra que o Ministério mandou cancelar?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Não.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Porque, se eu fosse o Ministro, depois de perceber que isso não poderia, eu também mandaria cancelar. Mas tenho aqui o contrato. Enquanto se procura a data exata aqui...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Não, porque eu gostaria de ver essa data, mas lembro ao senhor que, para a parte de radares...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se o senhor perdoar o inglês eu leio. O senhor agüenta o tranco?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - O quê?

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Se o senhor agüentar o inglês: “**This memorandum of understanding assigned** — aqui deve ser “assinado” — **on july 08, 92, between** Raytheon Company, ESCA, Líder Táxi Aéreo”. Então, exatamente de 8 de julho de 92.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Então, nesse período vinha sendo trabalhado. Eu já era representante da Raytheon para radares, apenas. Já vinha sendo trabalhado, porque a ESCA já era a integradora do Sistema...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Para o senhor entender que eu não estou imaginando além do que eu apresentei de datas, agora eu vou dizer o que eu imaginei, para o senhor ter razão, pelo menos neste ponto. Veja: por que eu, Deputado recém-chegado na Câmara, com cinco dias, desconfiei do SIVAM, que não tinha nada a ver com a Câmara, foi deliberado no Senado? Aí, sim, houve imaginação. Foi lendo uma notícia de jornal, quando a França expulsou dois, se não me engano, embaixadores norte-americanos em território francês. E a reportagem dizia que aquilo tinha a ver com a disputa entre a Raytheon e a Thompson. Bom, no mesmo período — aí eu comecei a prestar um pouco mais de atenção — surge a notícia de que agente ou ex-agente da CIA deu declarações nos Estados Unidos de que autoridades brasileiras, civis e/ou militares, foram compradas para que a Raytheon ganhasse o certame. Então, veja, eu nunca disse isso. Eu só estou



dizendo agora para o senhor porque está nos jornais. Outrem afirmou, ou outros afirmaram. A partir daí, é nosso dever ir atrás. Foi daí que nós descobrimos que a ESCA, não é que ela não pagou, ela falsificou guias de recolhimento ao INSS, cujo valor aproximado, à época, foi de quase 8 milhões de dólares. Portanto, 8 milhões de reais à época. Então, isso daí foi, digamos... alguém pode até estar imaginando. Mas foi assim que ressurgiu o tema SIVAM. Mas vamos em frente. O que eu quero dizer ao senhor é que, para mim, irrefutavelmente, a ESCA, junto com a Raytheon e com a Líder, fizeram contrato quando o projeto ainda não tinha sido anunciado, a ESCA não tinha sido escolhida. A ESCA foi para o CCSIVAM. Seguramente, na minha opinião, a ESCA fez tráfico de influência para a sua sócia Raytheon. Porque, seria imaginar que a disputa entre as empresas é algo, digamos, uma conversa entre anjos. Não é. Eu não estou, portanto, dizendo que alguma empresa tivesse mais ou menos mérito. É que, do ponto de vista da legalidade, da moralidade, do bom uso do dinheiro público, ou se fala a verdade ou, senão, as versões se chocam com os fatos. Mas eu queria, agora, me perdoem...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPTÃO - Peço a V.Exa. um minutinho.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Pois não.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPTÃO - É só para reiterar, primeiro, que não é contrato, era carta de intenção, e que se referia, em 92, a trabalho que vinha sendo realizado, antes disso, para a venda de radares ao Ministério da Aeronáutica...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não, não, não.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPTÃO - É.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não era. Aqui já usa o nome SIVAM.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPTÃO - É. Implantação.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não, não, não é. Aqui já usa o nome SIVAM. Não é DACTA, não é o projeto de radares anterior, não era apenas a extensão do CINDACTA. Já se falava no projeto SIVAM. Então, não é isso. Eu posso depois passar a cópia para o senhor como vou passar para o Relator. Veja, o senhor, naquele depoimento, em 95, quando questionado, disse que a sua relação com os candidatos, particularmente com o então candidato Fernando Henrique Cardoso, à Presidência da República, se deu apenas, digamos, no foro comercial e



que, portanto, o senhor discutia preço, que o senhor acabou fornecendo aviões e helicópteros para a campanha do então candidato Fernando Henrique Cardoso. Pois bem. O Embaixador Júlio César teve algum papel de intermediação entre a sua empresa e o então candidato Fernando Henrique Cardoso?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não. Quando o Embaixador viajou para os Estados Unidos numa aeronave sua, para Las Vegas, Nova Iorque, eu não sei, essa viagem estava relacionada com o Projeto SIVAM?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Ok. O Embaixador Júlio César tem um apartamento em Nova Iorque, ele comprou barato. Segundo a declaração de Imposto de Renda, ele pagou 114 mil reais. Acho que em Belo Horizonte deve ser mais caro do que Nova Iorque, em São Paulo, seguramente, é. Esse apartamento alguma vez foi de sua propriedade, situado na Rua 45 Leste?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não, nunca foi .

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O senhor sabe que houve uma denúncia na Polícia Federal, onde alguém, por telefone, informou que o senhor teria custeado a reforma desse apartamento com remessa ilegal de dólares para o exterior. O senhor nega ou confirma essa informação?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Isso é, absolutamente, inverdade.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Certo. Veja, naquela conversa que foi gravada, o senhor dizia que foi montagem, que o senhor ia ver, o senhor mantém a sua opinião de que foi montagem? Ela não tem valor? Aquela fita não retrata as conversas tal qual elas aconteceram?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Mantenho. E o senhor vê o absurdo dessa gravação ilegal. Eu nunca pude ver essa fita. E a própria Polícia Federal, poucos — me parece —, poucos dias depois, disse que a fita tinha sido inutilizada. Então, eu fui à Câmara, o senhor estava lá; fui ao Senado, fui responder sobre uma fita que eu nunca ouvi, que eu nunca tinha ouvido. E, nessas duas reuniões, ouvi trechos.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Mas, veja, naquilo que o senhor confirmou que era a sua voz, portanto, eu não quero aqui dizer, até porque eu também nunca ouvi a fita, quem fez a fita foi a Polícia Federal, etc. Mas, daquilo que



consta de inquéritos, eu quero, digamos, aproveitar daquilo que outros organismos institucionais estão utilizando na própria investigação. Veja, na conversa que está identificada como número quatro, tem um Senador paulista que era citado como seu amigo. O senhor pode dizer quem é esse Senador?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – É o Gilberto Miranda.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Mas ele não é Senador por São Paulo.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Era, acho que era por São Paulo.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Ah, não, ele é da Amazônia. Tem razão.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Da Amazônia.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Ele é de São Paulo, mas era Senador pela Amazônia.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O senhor se referia ao Gilberto Miranda?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Gilberto Miranda.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Ok. E quem que era a pessoa denominada como grande chefe naquela conversa?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Grande chefe? Eu não sei, se fosse o Gilberto Miranda, o chefe dele ...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Parece que era chefe dele.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Talvez fosse o Presidente do Senado, embora eu sei que não é chefe, um Senador, um Deputado não tem chefe. Mas eu não realmente não me lembro nesse sentido aí.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – O senhor, então, poderia depois, num outro momento, mandar para a gente essa resposta, porque é importante, porque, veja, lá se fala, digamos, que se ia dar uma prensa no Senador Gilberto Miranda. Quem é a pessoa que iria dar a prensa?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Olha, isso aí estávamos, assim, trabalhando muito para essa aprovação do financiamento lá nessa Comissão. Era um negócio, assim, do maior interesse do Governo brasileiro. E a coisa estava amarrada lá nessa Comissão. E eu acho que os que poderiam dar uma prensa para



isso ser resolvido poderiam ser, talvez, o Presidente da Casa, do Senado, ou o próprio Presidente da República. Com o passar do tempo, acabou acontecendo. Isso aí foi feito e aprovado porque o próprio Presidente, depois de inquéritos em todas as áreas que foi envolvido, foi no Itamaraty, foi no próprio Palácio, foi na Polícia Federal, foi no TCU... Depois que o Presidente viu que não havia nada de errado em todo esse processo, parece-me que ele assumiu perante o Senado uma responsabilidade e pediu que fosse aprovado lá.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – É, é verdade o que o senhor está falando, mas agora quem eu creio está fazendo, digamos, uma confusão de datas é o senhor. Vou dizer o por quê. É que aqui até complica demais colocar o Presidente da República nesta “fita”, entre aspas, porque estou falando da fita, e não daquilo que foi empenho do Fernando Henrique para aprovar.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Eu disse o que aconteceu depois.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Isso, mas eu estou falando da fita, da época da fita. Porque na fita tem uma outra coisa. O que fala na fita? O Embaixador Júlio César, na fita, pergunta ao senhor, com referência ao Gilberto Miranda. “Você perguntou quanto é que ele queria?” Então, veja, uma coisa é a prensa, digamos, depois que o Governo toma uma posição e cobra dos Parlamentares da sua base. Outra coisa é esse tipo de prensa, onde dinheiro é citado na fita. Então, veja, a esse propósito, o senhor não acha que, a partir desse diálogo, é lícito supor que estava havendo, digamos, estava correndo dinheiro para convencer Senadores para voltar a aprovar o financiamento? Porque isso ocorreu depois que denunciemos a ESCA, o Fernando Henrique me concedeu uma audiência. Eu fui lá mostrar a ele todas as incoerências. Ele ia assinar, no dia seguinte, nos Estados Unidos. Não assinou. Aí gerou um novo processo no Senado para rediscutir o financiamento. E aí que surge esta conversa, que o Gilberto Miranda estava segurando. Aí fala que o chefe dele ia dar a prensa. O senhor diz, em certo trecho da fita, que não acredita que os dois estariam combinados. Aliás, queria perguntar quem eram esses dois. E, depois, ainda o Júlio César pergunta ao senhor, o Embaixador: “o senhor não perguntou quanto é que ele quer”? Aqui não é palavra minha, é palavra do Embaixador Júlio César para o senhor. Como é que o senhor explica que o Embaixador pergunta para o senhor: “olha, não perguntou quanto o que ele quer”? Com aquela intimidade, com aquela amizade, um amigo



pergunta ao outro: “olha, você não perguntou quanto ele quer”? É esquisito. O que o senhor tem a dizer?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO – Primeiro, quero dizer ao senhor que nem respondi a essa pergunta. Em segundo lugar, nem a Raytheon nem a Líder trabalham dando dinheiro para alguém. As empresas americanas, e não é por virtude do americano, não, um negócio qualquer desse tipo lá dá cadeia na hora, seja lá para quem for — Ministro, político —, seja lá quem for, um negócio desse tipo dá cadeia na hora. E a empresa brasileira representante, nós somos representantes da Bell e de outras empresas também, já fomos da Lear Jet, a gente assina um termo de responsabilidade junto ao Governo brasileiro, que chama FCPA, que é **Foreign Corruption Practice Acts**, que é um documento no qual nós nos colocamos, do mesmo modo que a empresa americana, sob as leis americanas, com respeito a se for pega alguma coisa de corrupção. Independente desse lado moral que estou afirmando ao senhor, que nem nós, nem a Raytheon trabalhamos assim, como eu disse ao senhor no início, o nosso contrato é de risco. A gente só ganharia qualquer coisa se obtivesse o contrato. Agora, como é que o sujeito vai começar a gastar por conta? Mineiro, pelos menos, não faz isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Parece que mineiro é muito esperto. Mas, veja, na sua conversa telefônica com o Embaixador o senhor pede para o Embaixador dar um toque para o Presidente da República, pois naquele momento o Senador estaria tentando bombardear o projeto. Veja. Aí o Embaixador fala que ia falar com o Presidente e com o Ronaldo, que eu desconfio que seja o Ronaldo Sardemberg, que, naquela época, tinha um outro Ministério. E aí o senhor fala o seguinte, o senhor responde dizendo assim: “Olha, já não tem mais quem dê grana para eles”. O senhor está dizendo aqui da lei americana, do rigor ético que a lei impõe, que os americanos têm muito medo, não é porque sejam santos e tal, tal, tal. Mas, veja, o senhor disse o seguinte: “Não tem mais quem agüente dar dinheiro para eles”. Veja: o senhor estava se referindo a quem quando o senhor disse que já não se agüentava dar dinheiro?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO - Não, o termo não foi “agüentar”. Já não tem quem dê mais dinheiro, alguma coisa assim. Mas não é “agüenta”.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – “Já não tem mais quem dê grana para eles.” É isso?



O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - É. Já não tem mais quem dê grana para eles.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - O agüenta foi da minha parte.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - O senhor deve se lembrar que depois que o Congresso fez o **impeachment** do Presidente Collor, pelos problemas ocorridos, o problema do PC Farias e outras coisas mais, esse negócio de corrupção, aqui, no Brasil, ficou uma coisa muito suspeita. Quer dizer, não pode fazer. Por que? Porque já deu um problema até para o Presidente da República. Quer dizer, então, não tem mais quem faça uma coisa dessa. Agora, nós não fazemos nem a Raytheon, não por isso ou por estar no Brasil, é porque...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu não estou dizendo que faz. Estou perguntando a partir da fita. Veja...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Até porque isso é um princípio nosso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Sr. José Afonso, eu não estou dizendo que o senhor faça. Eu estou aqui fazendo perguntas a partir de documentos. Está tudo documentado.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Na fita está dito que não tem quem faça isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Então, na fita o senhor fala assim: "Já não tem mais quem dê grana para eles". A interpretação que eu dou é que o senhor está dizendo que havia, já, digamos, muita oferta de grana quando o senhor diz: "Já não tem mais quem dê." Quer dizer, porque já deu demais e não resolve o caso. Essa é a interpretação do texto. E eu estou perguntando para o senhor: a quem o senhor se referia quando fala "Já não tem mais quem dê grana para eles"? Porque parece que é mais de um.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - O que eu posso dizer sobre isso ao senhor é que a sua interpretação está errada.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - E qual que é a interpretação correta?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - A interpretação é que não tem quem faça isso. E não que tem alguém que já fez ou alguém que poderia fazer e tal. Então, o senhor...



O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Mas, veja, olha que afirmação temerária a sua...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPTÃO - O senhor está interpretando errado.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Não estou, não. Eu acho que eu estou correto. Veja, é uma seqüência. O senhor, aparentemente, não está se lembrando...

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPTÃO - Esse mal aí que o senhor está entrando nele, esse erro, o senhor vai me desculpar eu falar que é um erro do senhor...

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Não, fique à vontade.

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPTÃO - ...mas foi o negócio de pegar de uma gravação, que eu não sei o tamanho que foi, a tal que sumiu, muito trechinho pequeno e a imprensa pega um dia um trecho, outro dia publica uma coisa e leva, por exemplo, o senhor, hoje, a estar pensando que tem uma relação de uma palavra feita num telefonema, antes, com essa de “não tem mais quem faça isso”. Talvez, dentro de uma conversa, se essa fita fosse realmente possível de a gente ouvir toda, ficaria esclarecido. Mas eu confesso ao senhor que não posso esclarecer mais do que eu estou fazendo. Agora, o senhor está, também, interpretando, suspeitando de uma coisa, mas que não foi isso.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu estou fazendo aqui um esforço. O senhor está dizendo que aquilo que o Ministério Público, que a Polícia Federal, inclusive vazou para a imprensa, ou a imprensa, eventualmente, tenha pegado uma informação e não tenha traduzido corretamente, mas é aquela que eu posso trabalhar. Está certo? Então, eu só posso perguntar a partir daquilo que aparece como oficial. Se não é, nós vamos esclarecer. É função da CPI esclarecer. Está certo? Aliás, Presidente, eu acho que....Eu estou terminando, mas creio que eu preciso depois de me informar de qual é a opinião tanto do Relator quanto de V.Exa. com referência a essa fita que foi gravada, porque eu vou juntar. O senhor está dizendo que pode ser momentos diferentes. Mas o Embaixador pergunta: “Por que você não oferece dinheiro? Vê quanto ele quer”. Aí o senhor fala: “Olha, já não tem mais quem dê grana para eles”. A interpretação que eu faço, e não tem como ser diferente, é que ele pergunta: por que não pergunta quanto quer, o senhor responder: já deu demais. Não tem mais quem dê mais grana. Todo mundo que



podia dar grana já deu. Essa é a interpretação que eu dou. O senhor está dizendo que não é verdade, que seria um erro a partir da divulgação da fita. Eu não tenho como não respeitar sua resposta, mas minha dúvida continua. Mas quero encerrar, nesta parte, perguntando para o senhor de maneira bem límpida, ainda que o senhor já tenha respondido, mas é para efeito de CPI: o senhor tem informação, conhecimento de que alguém, em nível de funcionário público, no nível do Parlamento, no nível do Governo, da Força Aérea, recebeu dinheiro para dar informação, facilitar a concorrência, enfim, houve alguma troca de benefício entre as empresas vencedoras, a Raytheon, enfim, que o senhor tenha conhecimento? Teve influência de grana ou não?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO - Tenho certeza que não. Posso garantir ao senhor isso. E o processo foi não só muito bem feito, mas muito difícil. E não houve, em nenhum momento, nenhuma facilitação, qualquer coisa que fosse para ajudar.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA - Eu agradeço as suas respostas. Sr. Presidente, eu sei que aqui não é — digamos — institucionalmente o momento de se fazer propostas, mas, em decorrência de perguntas e das respostas aqui obtidas, eu queria solicitar de V.Exa. que, a seu critério, mas, se possível, na semana que vem, nos fizéssemos uma audiência, se possível, ainda nesta semana, onde nós pudéssemos apresentar propostas. Por exemplo, eu creio que é fundamental esclarecer de quem partiu a orientação para que a ESCA se juntasse tanto à Raytheon quanto à Líder Táxi Aéreo, para que fizesse esse contrato, enfim. Porque ficaria muito esquisito, por exemplo, o Governo orientar a ESCA para compor com duas empresas e não com as demais. Aí, o Sr. José Afonso, como hipótese, levanta que ele não sabe responder, enfim. Fica a dúvida, mas foi feita, enfim. Depois, a partir das notas taquigráficas, eu quero sistematizar essas dúvidas além da questão de datas, que para mim não é dúvida. Sei que não é o momento, mas registro, para que, no momento oportuno, V.Exa. pudesse avaliar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Desde já esta Presidência acolhe a sugestão do Deputado Arlindo Chinaglia e pede à Secretaria que defina um prazo para que esta Presidência possa acolher propostas no encaminhamento de sugestões e agrega como esclarecimento ao Deputado Arlindo Chinaglia que a



nossa Assessoria aqui responde que a fita mencionada consta na sua íntegra daquilo que foi divulgado nos inquéritos já existentes na Polícia Federal.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Eu agradeço, Sr. Presidente. A pergunta é a seguinte — pode ser muito inapropriada, mas aí talvez me pouparia preocupação e tempo: a CPI, em algum momento, ouviu a fita ou a CPI trata a fita como um documento oficial? Porque tem uma questão que é o Sr. José Afonso dizer que a fita é uma montagem ou é uma edição, algo que não é o verdadeiro. E que, portanto, levaria à suspensão indevida, porque juntam-se trechos que não se combinam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - O que existe é a transcrição da fita.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Ok. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) - Deputado Jurandil.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ – Sr. Presidente, eu estou hoje contingenciado em razão do que aconteceu na semana passada, quando todos nós recebemos uma orientação de que às 16h deveríamos suspender os trabalhos. Imagino que V.Exa. vai seguir com rigor. Na semana passada houve... Imagino que também o Relator e o Deputado Arlindo também tenham levado falta. Por isso mesmo, das minhas anotações aqui, eu insistiria nesta questão de saber de quem partiu a orientação. Eu acho que é fundamental saber isso, porque são fatos novos que vêm surgindo. Lembro-me que, na audiência passada, o Brigadeiro Quírico se referiu ao documento apresentado, que está chamado agora de uma carta de intenções, como não sendo do conhecimento dele, imagino que também da Aeronáutica. Mas, se for, é preciso que a gente saiba. E colocar também a questão de que o depoente chamou de ilegal — eu fiz essa anotação aqui — a gravação, quando, na verdade, ela foi autorizada por um juiz. Talvez o objetivo possa ser discutido. E que, portanto, caberiam outras interrogações sobre, se não o que está elidido do que foi publicado em termos da fita. Mas aquilo que foi publicado... Eu, por exemplo, gostaria de saber, no entendimento dele, por que isso aconteceu. Nós já interrogamos o policial, já interrogamos o repórter que publicou e, de todos os depoimentos, existe uma lógica que nos encaminha para pensar que a gravação foi feita de forma deliberada e que, portanto, o que a fita reflete, ainda que nas suas partes, são fatos acontecidos, porque as vozes são autênticas, as pessoas existem,



fatos posteriores, como, por exemplo, o tal do aperto que seria dado ao então Senador, acabou acontecendo. As ligações podem não ser feitas naquele momento, mas como é passado e o depoimento nos enseja a pensar que, assim, podemos refletir sobre o que aconteceu, houve o tal aperto mesmo ao Senador Gilberto Miranda num momento posterior. Então, seriam questões que deveriam ser retomadas. Infelizmente, estou falando ao Presidente porque estou consciente de que o tempo se encerrou e não gostaria que quebrássemos essa norma. Todos recebemos essas instruções por escrito de que deveríamos respeitá-las. Mas, tenho de concordar com o Deputado Arlindo Chinaglia, que foi, inclusive, proponente desta CPI, que precisamos, sim, nos aprofundar nessas questões que ficam sobrando depois de um depoimento como o que aconteceu hoje. Seria só isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Esta Presidência agradece ao Deputado Jurandil e, antes de passar a palavra ao nosso Relator, Deputado Confúcio, e tendo sido distribuída cópia da ata da reunião anterior a todos os membros presentes, indago da necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO JURANDIL JUAREZ – Sr. Presidente, eu pediria dispensa da leitura e, no caso da aprovação, pediria que V.Exa. encaminhasse isso formalmente à Presidência da Casa para saber das pessoas, dos Deputados que estavam presentes a essa sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ARLINDO CHINAGLIA – Apoiado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Em discussão a ata. Não havendo quem queira discutir acerca de seus termos, passamos à votação. Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada a ata da reunião anterior, tendo sido acatada a sugestão do Deputado Jurandil no sentido de que nossa Secretaria encaminhe à Presidência da Câmara a relação dos Deputados que estavam presentes à nossa reunião para que tenham a possibilidade de examinar a presença nos trabalhos da Casa. Passo a palavra ao nosso Relator, Deputado Confúcio Moura.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente, as perguntas que me foram dirigidas, 99% foram perguntadas pelo ilustre Deputado Arlindo Chinaglia. Vou apenas fazer quatro perguntinhas rápidas e respostas também rápidas para V.Exa. poder encerrar a reunião. Primeira, Comandante José Afonso: tudo começou



com a gravação. Essa gravação foi pedida por um Delegado da Polícia Federal com argumento de denúncias de que o Embaixador estava traficando drogas. Foi acatada por um juiz, juiz federal. Foi feita a gravação durante um mês ou um pouco mais e devolvidas as fitas ao Delegado para proceder à tramitação do inquérito normal. Essa fita foi seqüestrada não sei por quem e foi entregue ao Presidente do INCRA, Xico Graziano. O senhor conhece Xico Graziano?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não, senhor, não cheguei a conhecê-lo, mas de nome, participava do Governo e tal.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Certo. E, segundo, toda a análise do processo, o Embaixador é uma pessoa, segundo o que observamos aqui, odiada no seu trabalho pelos seus companheiros e, só por isso, por esse fato, explica-se o fato de essa fita sair da Polícia Federal e parar na mão de um técnico de confiança do Governo e chegar ao conhecimento do Presidente da República. Ele tramava, segundo os depoimentos, um clima de hostilidade muito grande perante sua companheirada de trabalho. O senhor tem essa impressão do Embaixador Júlio César?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não, não tenho impressão do Embaixador se é uma pessoa odiada ou não. Pelo contrário. Eu o vejo muito prestigiado e com muitos amigos. Agora, evidentemente, todos temos uma ou outra pessoa que pode ter um atrito, mas, no geral, o Embaixador é um homem muito admirado, muito respeitado, muito simpático. Eu o vejo com uma grande rede de amigos e admiradores.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – A partir dessa fita, com a publicação dela na imprensa e o seu trabalho de um homem de negócios, de articulador, representante comercial dessa empresa americana no Brasil, estava fazendo seu trabalho de buscar os mecanismos de empreender um projeto que lhe era interessante. Por isso o senhor procurou o Embaixador Júlio César. O que o Ministério Público entendeu, e o Deputado Arlindo Chinaglia entendeu naquela época, é que houve, nessa relação de V.Sa. com o Embaixador, uma promessa de vantagem, alguma intenção de realização de um negócio e que passava para ele a intenção de alguma vantagem. Agora, que vantagem era essa? Era essa a sua intenção, mesmo, de conceder a ele alguma vantagem para facilitar o acontecimento desse negócio?



O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não, senhor. Absolutamente, não era, não precisava disso, e como, não hoje, mas foi dito durante todo esse processo, o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima é meu colega desde a infância e meu amigo de infância, a vida inteira. O Embaixador Júlio César trabalhou, talvez, nos últimos vinte, vinte e cinco anos, muito vinculado ao Embaixador Paulo Tarso. Daí eu ficar conhecendo o Embaixador Júlio César e, exatamente por suas qualidades, fiz amizade, gostei dele, continuamos amigos até hoje e jamais precisaria oferecer alguma coisa a ele para qualquer coisa do meu interesse junto a Governo e tal, porque não tinha sentido. E, como expliquei aqui antes, Sr. Deputado, nessa fase, o processo do negócio no Executivo estava resolvido já ainda no Governo anterior. O contrato já estava assinado e tal. E a dificuldade era só mudar na Comissão de Economia do Senado. Mas o senhor pode ter certeza de que não houve nada disso, o Embaixador não aceitaria, é um homem, o senhor pode ter certeza...

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – É interessante, Comandante, que, na vida pública, o funcionalismo público está, assim... a sua atividade é bem regulamentada por normas e o Código Penal tem alguns artigos que realmente comentam o que seja vantagem ou promessa de vantagem capitulado como crime de corrupção. Por exemplo, logo depois dessas conversas, gravação publicada e tudo acontecido, houve uma viagem onde o Embaixador foi no avião particular de V.Sa. para Miami. Isso não caracteriza vantagem?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPÇÃO – Não, senhor. O Embaixador não levou nenhuma vantagem nessa viagem porque é um avião que tinha de ir para lá, ele foi de carona. Em segundo lugar, por que lembrei de convidar o Embaixador Júlio César para fazer essa viagem junto comigo? Primeiro, pela amizade que tenho com ele. Segundo, porque a noiva dele na época, hoje é esposa, era muito amiga da minha namorada, nós convivíamos, saíamos juntos para jantar, essa coisa toda. E o Embaixador Paulo Tarso tinha tido, pouco tempo antes, um derrame e estava com um lado paralisado, uma situação triste para nós, seus amigos. E esse vôo de Las Vegas a Nova Iorque passa em cima de Washington. Então, eu ia fazer uma visita ao Embaixador Paulo Tarso, à família dele. Então falei: “Júlio, vamos lá. Eu vou fazer uma visita ao Paulo Tarso, nós vamos juntos, vamos ver o amigo que está naquela situação”, e tal. Então, eu posso garantir ao senhor que a única coisa que motivou o Embaixador a aceitar meu convite foi esse ponto da visita ao Paulo Tarso.



O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Não houve uma festa, em Miami, de lançamento?

O SR. JOSÉ AFONSO ASSUMPCÃO – Não, não foi uma festa. A ida a Las Vegas foi para uma Convenção de Aviação, que se realiza todo ano e se chama NBAA — National Business Aircraft Association. Tudo de aviação está nessa feira, que expõe aviões, helicópteros. É um lugar de encontro de todo o mundo da aviação, expõem-se produtos novos, lançam produtos novos e tal. Eu ia a essa reunião da NBAA, como vou todo ano, e a gente aproveita e reúne com as representadas, com outros distribuidores e tal. E nesse NBAA a Raytheon faz, as empresas todas fazem, mas a Raytheon faz uma recepção. Para o senhor ter... Não é uma festa. O NBAA acaba às seis da tarde, eles fazem um coquetel às sete horas da noite. Então, do jeito que você está vai para lá e tal, é um complemento do dia de exposição e tudo o mais. E da primeira vez que falei com o Embaixador, eu falei: “Júlio, eu vou lá na recepção da Raytheon e vou receber uns prêmios lá”. Ele falou: “Não, eu não vou, negócio da Raytheon eu não vou, não”. Aí eu falei: “Bom. Tudo bem”, eu ia sozinho. Mas, no hotel, a esposa dele e a minha namorada falaram: “Poxa, o Afonso vai receber um prêmio lá. Nós estamos juntos, vamos lá com ele”. E acabou que ele resolveu ir, e até me atrasou muito a chegada lá, porque aí eu fiquei esperando para chegar junto. Mas não tinha, assim, nenhuma vinculação. Ele não tratou nada com o pessoal da Raytheon e o pessoal da Raytheon desse evento é outra empresa, é a Beechcraft, é a Hawker, uma empresa de Wichita. O pessoal da Raytheon do projeto SIVAM é de Boston, de perto de Boston, é o que eles chamaram de divisão de eletrônica da Raytheon, hoje tem um outro nome. Então, não são as mesmas pessoas, não... O senhor entendeu? Então, essa ida dele junto também foi um convite meu, mas qualquer amigo que estivesse junto eu falava: “Olha, tem lá uma recepção, vou receber um prêmio, quer ir lá?”.

O SR. DEPUTADO CONFÚCIO MOURA – Sr. Presidente, estou satisfeito. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gilberto Kassab) – Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra? (*Pausa.*) Comandante? Deputados? Relator? (*Pausa.*) Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, vou declarar encerrados os trabalhos da presente reunião.

Está encerrada a reunião.